

crónica

OS MUSEUS E O DIGITAL: O LUGAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

por **Ana Carvalho**¹

[Este artigo é redigido segundo o Acordo Ortográfico de 1945]



O “digital”, esse termo abstracto e poroso que usamos aqui para nos referirmos a tudo o que é mediado por tecnologias digitais, plataformas e serviços (ex. apps, websites, smartphones, sistemas e software, etc.), tornou-se ferramenta ainda mais omnipresente nas nossas vidas. Antes da crise pandémica já comungávamos dessas ferramentas, que em muitos aspectos nos facilitavam a vida. O que mudou foi a forma, diria até invasiva, com que nos transportou de forma dominante e avassaladora para o universo digital, à força das circunstâncias. Se antes o digital era algo que se acenava como possibilidade de ampliar ou complementar as formas tradicionais de fazer, com incursões pontuais, por vezes mais distantes, tidas como acessórias ou secundárias, hoje tem o palco principal. Mas com isso, e falo pela minha própria experiência, como investigadora, como museóloga, como professora, como mãe, veio um cansaço extremo e a saturação, pois tudo o que é excessivo desequilibra.

O que mudou [com a crise pandémica] foi a forma, diria até invasiva, com que nos transportou de forma dominante e avassaladora para o universo digital

crónica

Ainda ecoam em mim as palavras do Professor José Alberto Machado, quando a propósito da comemoração do Dia das Ciências Sociais na Universidade de Évora, a 12 de Março, lembrou “o digital não tem limites, mas também é uma limitação”. E é nesse balanço, entre o que é essencial e o que não é essencial, entre perdas e ganhos, que deve recair a nossa atenção, esse exercício crítico que nos deve acompanhar em permanência sobre o lugar que queremos dar às tecnologias, evitando cair em apressadas simplificações ou olhares estritamente benevolentes ou puramente antagonistas.

O meu olhar para as tecnologias digitais veio primeiro da experiência informal, como ferramenta de comunicação. Há quase 15 anos, tendo acabado de fazer o mestrado em museologia, percebia a importância da comunicação e a ausência de divulgação no mundo dos museus. Resolvi criar um blogue – “o mundo dos museus”. Ainda hoje o mantenho pelo interesse que continua a suscitar e pelas redes que potencia. Depois como investigadora, percebi que não bastava pesquisar, escrever e produzir conhecimento, era preciso disseminar para além dos canais tradicionais, de forma múltipla e informal, incluindo as redes sociais. Os impactos destas formas de comunicação são quase sempre imprevisíveis, mas tangíveis, de uma forma ou de outra.

Mas foi a partir de 2016, num contexto mais estruturado de investigação, que me aproximei da reflexão em torno do universo das tecnologias e da sua

como investigadora, percebi que não bastava pesquisar, escrever e produzir conhecimento, era preciso disseminar para além dos canais tradicionais

aplicação nos museus no sentido de analisar a forma como o desenvolvimento de tecnologias influencia os museus e as suas formas de trabalho. Esta linha de investigação foi desenvolvida com o convite para participar no projecto internacional Mu.SA – Museum Sector Alliance, entre 2016 e 2020. A investigação teve como ponto de partida reflectir sobre o papel dos museus na sociedade digital, considerando as necessidades e os desafios da transformação digital. A investigação desenvolveu-se a partir de uma análise comparativa em três países do Sul da Europa: Portugal, Grécia e Itália, e no contexto de um consórcio internacional liderado pela Hellenic Open University (Grécia), com financiamento europeu (Erasmus +, Sector Skills Alliance). Como sempre, os resultados da investigação apontaram para a necessidade de ultrapassar desafios, que são, como não poderiam deixar de ser, múltiplos, e, com frequência, transversais e partilhados. O reporte para o caso português

apontou respostas limitadas e pouco estruturadas dos museus relativamente à comunicação digital, que resultam, por sua vez, de um quadro de escassez – de recursos humanos e financeiros, infraestruturas tecnológicas e técnicas, em grande medida, obsoletas e insuficientes – da ausência de visão e de uma política

museológica consistente.

Entre 2020 e 2021, as medidas para combater a crise pandémica levaram ao encerramento de muitos museus, um pouco por todo o mundo. Desde logo, os relatórios produzidos pela UNESCO (Museums

Around the World in the Face of Covid-19, Maio 2020) e pela NEMO – Network of European Museums Organisations (Survey on the Impact of the COVID-19 Situation on Museums in Europe: Final Report, Maio 2020), entre outros, sublinhavam, de modo global, a forma reactiva como os museus responderam com actividades no espaço digital, com consequente incremento das visitas online. No entanto, a crise pôs a descoberto muitas das desigualdades entre os museus, acentuando a percepção mais imediata das suas fragilidades e carências. Como sugerem os já citados relatórios da UNESCO e da NEMO, os museus menos equipados (recursos humanos e financeiros, infraestruturas, competências) tiveram menor capacidade de reacção e de actuação. Quanto à realidade portuguesa, e no cenário pré-crise, a investigação desenvolvida no âmbito do projecto Mu.SA já evidenciava que a relação dos museus com o digital era, de um modo geral, insuficiente, exigindo conhecimentos e recursos que não existem ou são claramente limitados. A crise veio acentuar estes constrangimentos de partida.

Em 2019 fui chamada a participar no Grupo de Projecto “Museus no Futuro”, uma iniciativa do Ministério da Cultura (Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2019, de 18 de fevereiro). Ensaando uma iniciativa inédita, o Grupo foi criado para propor recomendações que pudessem ser vertidas em medidas de política pública no horizonte temporal 2030, considerando a sustentabilidade, a acessibilidade, a inovação e a relevância dos museus e do património

a crise pôs a descoberto muitas das desigualdades entre os museus

na sociedade. De cerca de um ano e meio de trabalho resultou o relatório “Museus no Futuro”, coordenado por Clara Frayão Camacho (Direção-Geral do Património Cultural), que foi entregue à Ministra da Cultura em Novembro de 2020. Amplamente participado pela comunidade de profissionais de museus,

este Relatório debruçou-se sobre o universo de 37 museus, palácios e monumentos sob a alçada da Direção-Geral do Património Cultural e das Direções-Regionais de Cultura.

Com base num diagnóstico deste panorama, propõem-se 50 recomendações em torno de cinco eixos temáticos: gestão, redes e parcerias, gestão de colecções, públicos e mediação, incluindo a transformação digital.

As recomendações para a transformação digital assentam sobretudo na necessidade de ampliar a capacidade de adaptação dos museus a condições mais atualizadas e exigentes, em que também se reconhecem maiores expectativas por parte dos públicos. As recomendações concentram-se em torno de quatro pilares interdependentes: o fortalecimento das infraestruturas e da capacidade digital; a aposta na digitalização das colecções e na promoção do acesso; o reforço de parcerias com outras entidades (como bibliotecas e empresas do sector das tecnologias de

As recomendações para a transformação digital assentam sobretudo na necessidade de ampliar a capacidade de adaptação dos museus a condições mais atualizadas e exigentes

crónica

informação), incluindo centros de investigação no sentido da desejável transferência do conhecimento com aplicabilidade para os museus e para o património; e, por fim, mas não menos importante, a capacitação e a estratégia em sintonia com uma necessária mudança de mentalidades e de lideranças capazes de dar resposta a novos reptos.

Se a possibilidade de incrementar meios, recursos e parcerias para robustecer os serviços dos museus se consideram elementos fundamentais para alavancar a transformação digital, não menos essencial é a promoção do recrutamento e da capacitação de profissionais com novos conhecimentos, especialização e competências. A capacitação das lideranças e das equipas de museus é, nesse sentido, uma via privilegiada e fértil para instigar a mudança, no sentido de uma atitude mais informada, mais crítica e mais criativa, que possa, assim, estimular um pensamento mais estratégico sobre o lugar do digital nos museus e de que forma pode potenciar a missão de cada museu. É essa capacidade e reflexividade crítica que deve ser incentivada e alimentada. As recomendações a que aludimos não sugerem uma meta única, formatos ou fórmulas prescritivas aplicadas indiferenciadamente, mas, identificam pilares de mudança vertidos em medidas concretas que possam garantir que cada museu possa capacitar-se para desenvolver a sua estratégia e comprometer-se com a sua missão de serviço público. Não se trata de perseguir a introdução de tecnologias como um fim em sim

Não se trata de perseguir a introdução de tecnologias como um fim em si mesmo, mas perspectivar as tecnologias, na miríade de formatos e linguagens que vão aparecendo

mesmo, mas perspectivar as tecnologias, na miríade de formatos e linguagens que vão aparecendo, como possibilidades para que os museus possam expandir a sua relação e comunicação com os públicos, cativar e criar mais espaços de envolvimento e de participação. Isso implica um necessário e contínuo questionamento da inevitabilidade das tecnologias, do que se faz, porque se faz e com que objectivos, requer análise crítica e avaliação do que é essencial e o que não é essencial.

É urgente dar sentido às recomendações do Relatório “Museus no Futuro” por via de uma política pública que seja capaz de prover os meios e as condições para um desenvolvimento integrado e sustentado do tecido museológico do país. Face às conhecidas múltiplas carências infraestruturais (e confrangedoras) dos museus, é preciso garantir a correção das assimetrias, que só as políticas públicas podem ultrapassar. Mais do que a inevitabilidade da transformação digital, é preciso assertividade e exercício crítico, num tempo de finitos recursos. E se o Plano de Recuperação e Resiliência coloca uma das tónicas na “transição digital”, isso não nos deixa descansados, é preciso garantir que também os museus sejam contemplados na distribuição de recursos. Mas para além disso, que a aposta no digital possa ser de facto suporte para o que é essencial, com base num pensamento estratégico e estruturado, que permita, por sua vez, estimular o desenvolvimento dos museus.



Sobre a investigadora¹

Ana Carvalho é Investigadora de pós-doutoramento no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) e Professora de Museologia na Universidade de Évora. Doutoramento em História e Filosofia da Ciência, especialização Museologia e mestrado em Museologia. Membro do Grupo de Projecto Museus no Futuro (2019-2020), uma iniciativa do Ministério da Cultura com o objectivo de propor recomendações de política pública para o sector dos museus e do património. Investigadora no projecto internacional Mu.SA – Museum Sector Alliance (2016-2020). É uma das fundadoras da revista MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares. Coordenou o Boletim do ICOM Portugal (2014-2018). Autora do blogue “No Mundo dos Museus”. A sua investigação tem-se centrado em temas do património, da história da museologia e da museologia contemporânea.



TIAGO CABEÇA E A BARRÍSTICA
DA PEÇA IMAGINADA
À PEÇA CRIADA
pág. 30

INVER20

NÚMERO 3

ficha técnica | estatuto editorial

DIREÇÃO
Divisão de Comunicação da Universidade de Évora

ISBN
2184-8270

PERIODICIDADE TRIMESTRAL
3ª edição [junho 2021]

REDAÇÃO
Andreia Rosa, Marco Cardoso, Maria Serrano, Raquel Fernandes

DESIGN
Susana Rodrigues

FOTOGRAFIA E VÍDEO
Hugo Faria, Carlos Espiga

PROPRIEDADE
Universidade de Évora

CONTACTO
revistainverso@uevora.pt